

**ENTRE O REGIONAL E O NACIONAL: UMA ANÁLISE SOBRE O ISOLAMENTO
POLÍTICO DO GOVERNADOR FLORES DA CUNHA – APONTAMENTOS
INICIAIS DE PESQUISA (1935-1937)**

Rafael Saraiva Lapuente

proflapuente@gmail.com

PUCRS

RESUMO: Analisamos, aqui, as manobras do presidente Getúlio Vargas para isolar, politicamente, Flores da Cunha, governador do Rio Grande do Sul, rompido com o presidente desde 1935. Partimos da premissa de que Flores da Cunha passou a ser um dos principais entraves para o golpe do Estado Novo, e Vargas atuou diretamente na política regional, junto com elementos da FUG e do PRL para retirar seu apoio a Flores da Cunha no *modus vivendi* e acuar o governador, deixando-o com minoria no legislativo. Além disso, buscou aproximações com elementos que, desde 1932, faziam oposição a seu governo, como João Neves e Lusardo, outrora exilados por pegar em armas contra o governo provisório. Isso impediu que Flores da Cunha pudesse resistir política e militarmente contra Vargas, que, além de não lhe ceder o direito de exercer o Estado de Guerra, afastou militares simpáticos ao governador, culminando com a federalização da polícia estadual e a recusa dos aliados do governador em resistir, que o levaram a renunciar e ser substituído, ainda em regime constitucional, por um interventor, Gen. Daltro Filho, poucas semanas antes do golpe.

Palavras-chave: FUG; PRL; Estado novo

Abstract: We have analyzed here, the maneuvers of President Getulio Vargas to isolate politically Flores da Cunha, governor of Rio Grande do Sul, broken with the president since 1935. We start from the premise that Flores da Cunha has become a major constraint for Estado Novo's coup, and Vargas began operating directly in regional policy, along with elements of the FUG and PRL to withdraw its support for Flores da Cunha in the *modus vivendi* and the governor corner, leaving him with a minority in the legislature. Moreover, it sought approaches with elements that, since 1932, were opposed to his government, as João Neves and Lusardo. This prevented Flores da Cunha could resist politically and militarily against Vargas, who, besides not to grant it the right to exercise the State of War, pushed sympathetic to the governor military, culminating with the federalization of the state police and the refusal of the governor's allies resisting, that led him to resign and be replaced, even in constitutional regime, by an interventor, Gen. Daltro Filho, a few weeks before the coup.

Keywords: FUG; PRL; New state

1 ESCLARECENDO O OBJETO DE PESQUISA

Nosso objetivo é analisar como Vargas atuou para isolar o governador Flores da Cunha, a partir de 1935, quando este passou a hostilizar o governo central. Nesse sentido, acreditamos que essa pesquisa contribui para a compreensão das articulações que desembocaram no golpe do *Estado Novo*, em 1937, enfatizando, aqui, os antecedentes e as manobras de Vargas para isolar as resistências civis e militares para o fechamento do regime constitucional. Desta forma, com um enfoque regional, acreditamos que nosso estudo “oferece novas óticas de análise do estudo de cunho nacional, podendo apresentar todas as questões fundamentais da História a partir de um ângulo de visão que faz aflorar o específico, o próprio, o particular” (SILVA *apud* CAPRINI, 2010) nesse processo, afinal, não foi apenas no Rio Grande do Sul em que o *varguismo* solapou as oposições ao novo regime.

Antes de prosseguirmos, gostaríamos de fazer alguns esclarecimentos no que tange a parte teórica. Assim, entendemos partidos políticos como agrupamentos de pessoas que visam “conquistar e preservar o poder” (MOTTA, 1999, p. 11). Claro que, no caso do PRL,¹ seu surgimento se deu, sobretudo, por meio da necessidade de *preservar* o poder e legitimar o posicionamento daqueles que optaram em apoiar o governo provisório, indo na contramão das determinações partidas do PRR-PL.² Neste caso, é importante tomar nota no que diz Serge Berstein (2003, p. 67-68) acerca do surgimento de novos partidos:

Para que nasça um novo partido, é necessário além disso que, no interior do movimento evolutivo constatado, se produza uma crise, uma ruptura bastante profunda para justificar a emergência de organizações que, diante dela, traduzam uma tendência de opinião suficientemente fundamental para durar e criar uma tradição capaz de atravessar o tempo [...].

Desta forma, vimos que o surgimento do PRL se caracteriza justamente por nascer em meio a uma intensa convulsão política, oriunda de uma guerra civil e da recusa dos partidos tradicionais em recomporem com o situacionismo estadual. Todavia, em contraponto com a assertiva de Berstein, o PRL não formou uma tradição duradoura. Isso porque, após seu fechamento pelo Estado Novo, o partido não formou uma nova força política, como aconteceu, por exemplo, com o Partido Libertador. Os membros do PRL ingressaram, sobretudo, na UDN e PSD³.

¹ Partido Republicano Liberal, fundado em 1932 em função da depuração dos partidos tradicionais no Rio Grande do Sul por terem participado da Guerra Civil. Este partido deu sustentação aos aliados de Getúlio Vargas e do interventor Flores da Cunha no estado.

² O PRR é o Partido Republicano Rio-grandense, surgido em 1884 e cujo expoente foi Julio de Castilhos, falecido em 1903, e que governou o Rio Grande do Sul durante praticamente toda a Primeira República. Já o PL é o Partido Libertador, resultado da fusão entre grupos republicanos dissidentes, sobretudo vinculados a Assis Brasil, e parlamentaristas, “herdeiros” do gasparismo. Este grupo foi o principal opositor ao Partido Republicano Rio-grandense. Todavia, a partir de 1928 passaram a ensaiar um processo de aproximação, com a vitória de Getúlio Vargas à presidência do Rio Grande do Sul. Esta aproximação deu origem a FUG: Frente Única Gaúcha. União que foi considerada por Carlos Cortés (2007) como surpreendente, tendo em vista o fato de o fracionamento político no Rio Grande do Sul ter sido a tônica da Primeira República, inclusive eclodindo duas guerras civis, uma em 1893 e a outra em 1923.

³ Nos referimos aqui à União Democrática Nacional, agremiação conhecida no cenário pós-1945 pelo oposicionismo ao *varguismo* e ao Partido Social Democrático, fundado por Getúlio Vargas mas que, no Rio Grande do Sul, adotou postura dissonante. Sobre isso, ver: OLIVEIRA, Lisandre Medianeira de. *O PSD no Rio Grande do Sul : o diretório mais dissidente do país nas páginas do Diário de Notícias*. Tese (doutorado em História), PUCRS, Porto Alegre, 2008.

Contudo, retomaremos brevemente os antecedentes da relação entre Vargas e Flores. Quando o primeiro ascende ao poder central, em 1930, o cargo de interventor do Rio Grande do Sul foi ocupado pelo segundo. Nesse momento, a política gaúcha estava agregada em uma Frente Única, mas que durou pouco: logo em seguida, a FUG retirou seu apoio ao chefe do governo provisório, em função da ascensão do *tenentismo* na política nacional e pela procrastinação em retomar o regime constitucional, apoiando São Paulo no levante de 9 de julho de 1932.

Esta adesão não contou com Flores da Cunha: o interventor, apesar de oscilar, se manifestou publicamente *pela ordem*. Mesmo que a maior parte da elite partidária sulina tenha se lançado em conflito armado, ele conseguiu conter os motins organizados pelos rebeldes. Mas, divergindo da orientação de seu partido, o PRR, acabou fundando uma nova agremiação: o Partido Republicano Liberal, que daria guarida aos *varguistas* e *floristas*. Em seu primeiro teste, em 1933, o PRL venceu a FUG, com mais de 75% dos votos. Mesmo que as principais lideranças *frenteunistas* estivessem exiladas, e fraudes, coerções e violências fossem a tônica do prélio eleitoral, a vitória do PRL significou a projeção de Flores da Cunha no cenário nacional, ainda mais se considerarmos que em São Paulo, o principal estado da federação, a oposição a Vargas foi vitoriosa (SILVA; SILVA, 2015). A vantagem eleitoral, embora um pouco menor, foi mantida nas eleições de 1934 e 1935, já com os exilados de volta ao território nacional. Isto é, anistiados e atuando nas campanhas eleitorais.

As vitórias eleitorais e a garantia de ordem militar pelo interventor o tornaram um importante aliado de Vargas. Contudo, esse “prestígio” teve como consequência o fato de Flores da Cunha querer e buscar influir na política nacional, intrometendo-se nos assuntos de outros estados, procurando nomear e promover aliados e amigos em postos federais e estaduais, assim como remover desafetos, englobando desde funcionários até ministros. Ou seja, podemos perceber que Flores da Cunha buscou se aproveitar de uma situação privilegiada como chefe do estado natal do presidente, o que significava, sobretudo nos primeiros anos do governo provisório, garantir a Vargas a estabilidade de sua base política. Mas, aos poucos, essa situação de mútua confiança acabaria afastando os dois para campos opostos. Nesse sentido, a FUG passou a ser o *fiel da balança*: na medida em que ambos se distanciaram, seu apoio se mostrou decisivo e valorizado tanto para o *varguismo*, como para o *florismo*.

2 FLORES DA CUNHA: DO *MODUS VIVENDI* AO ROMPIMENTO

Em 15 de abril de 1935, Flores da Cunha passou de interventor a governador constitucional do Rio Grande do Sul. Ou seja, a partir de agora seu posto era garantido pela constituição, não sendo mais fruto de sua “fidelidade” ao governo federal. A consequência dessa nova conjuntura foi uma postura ainda mais impositiva em 1935, mesmo que não fosse novidade. Afinal, até na sucessão mineira, em 1933, Flores da Cunha tentou intervir. E, buscando fortalecer sua posição, buscava recompor a política gaúcha em uma nova *frente unificada*, que, se já havia tentado desde o *pós guerra civil* (FONTOURA, 1978), aceleraria esses entendimentos em 1934 e 1935, buscando

uma fórmula conciliatória.

Já em abril, ocorrem os primeiros desentendimentos mais ostensivos entre os dois: durante esse mês, ocorria o debate pelo aumento de soldos aos militares. Flores, desgostoso com Góis Monteiro na frente do ministério da guerra, estimulou um grupo de militares do município de Cachoeira-RS a se manifestar contra o ministro. Mesmo que o ministro fosse favorável ao reajuste, a insubordinação dos militares às punições ordenadas por Góis, apoiadas em público pelo governador, desmoralizaram o ministro, que, em 1º de maio, pediu demissão (CAMARGO, 1989). Se Flores da Cunha conseguia seu objetivo, por outro lado, desagradaria Vargas, que teria confessado a Góis que Flores da Cunha iria “pagar pelo que fez” (COUTINHO, 1956, p. 265), segundo as *memórias* do próprio general do exército.

Paralelamente, Flores protestou energicamente contra aquilo que ocorria em Santa Catarina e no Pará. Sobretudo no primeiro caso, um antigo aliado de Vargas, Aristiliano Ramos, era derrotado pelo seu primo, Nereu Ramos, que havia pego em armas em 1932 para combater Getúlio. Todavia, Vargas estava atento ao cenário catarinense, ficando publicamente neutro, mas articulava com o irmão de Nereu a sua eleição. Afinal, como bem informou Maciel (AGV, 23.04.1935), parecia mentira a situação do interventor Aristiliano, tamanha a ausência de base política. Segundo Antunes Maciel, “Nereu tirou-lhe tudo, até o presidente do Tribunal Eleitoral, de modo que nem sequer se poderia tentar o adiamento da convocação da Assembleia Constituinte, para conversar melhor.” Mesmo assim, Flores da Cunha manteve seu apoio público a Aristiliano, contra Nereu, lamentando a postura de Vargas em não apoiar o antigo aliado.

Esse desgaste, gradual, tornou o rompimento definitivo, em agosto e setembro. Primeiro, Flores teria sido convidado a participar de um golpe de estado por Vargas, enquanto este visitava seus pais em São Borja. Depois, durante os festejos do centenário farroupilha, a visita do presidente ocasionou uma polêmica em público (diferente do “*convite para o golpe*”, que foi privativo): Flores da Cunha interceptou um telegrama entre Vargas e Vicente Rao, que comprovava a ingerência do Catete na eleição para governador do Rio de Janeiro, favorecendo o Almirante Protógenes contra Cristóvão Barcellos, este, apoiado pelo governador gaúcho.

Aqui, havia dois objetivos para Flores, pois ele queria a queda de Rao na pasta da justiça, assim como obteve a de Góis, e buscou eleger seu candidato em uma região estratégica, tendo em vista a proximidade geográfica com o Catete. E tinha reais chances, pois, mesmo que Protógenes tenha sido o vencedor, foi por um voto, em meio a tiroteio e ferimento de Barcellos, e de um deputado aliado. Esse episódio marcou, de forma definitiva, o rompimento entre os dois.

Mas, é aqui que a FUG, rejeitando, ou sendo rejeitada, nas propostas de acordo em nível estadual para uma pacificação política, procurou Vargas para um pacto semelhante, a *Fórmula Santos-Pilla*, de cunho parlamentarista. Raul Pilla a levaria até o presidente, que seria rejeitada por uma junta, que a considerou inconstitucional. Mesmo assim, essa fórmula possuía o apoio de figuras expressivas da oposição, como Arthur Bernardes, que declarava ver no governo de gabinete

uma solução aconselhável para sair do impasse em que se encontravam, para “abrir válvulas ao escapamento das paixões”. Além dele, outros líderes políticos regionais, como Borges de Medeiros, Afrânio de Melo Franco, Armando Salles, entre outros, viam com simpatia a fórmula (CORREIO DO POVO, 13, 17, 20 e 24.10.1935).

Todavia, em novembro a conjuntura nacional sofreria modificações significativas. O levante comunista seria a prerrogativa para que a centralização política se agudizasse na pauta governamental, com medidas de exceção. Também fortaleceria Rao, que se destacaria na “*caça aos comunistas*”. Por isso, Rao acabou virando um ponto perdido para Flores, pois desde a *questão do Rio de Janeiro*, o governador exigiu sua demissão, não encontrando eco, servindo “apenas para desgastar mais sua imagem” (NOLL, 1980, p. 182).

Outrossim, se o regime de gabinete era recusado em nível federal, Flores da Cunha vê nisso uma boa oportunidade para se aproximar da oposição. Atuando como mediador das propostas da FUG com o governo federal desde setembro, acompanhou de perto os debates entre as correntes políticas. É válido lembrar que, dentro da *minoría* federal, a FUG ocupava a liderança, com João Neves, simbolizando a força que os *frenteunistas* possuíam não apenas no Rio Grande do Sul, como única corrente de oposição com representação política, mas também dentro do cenário nacional, encabeçando as *Oposições Coligadas*.

Após idas e vindas, em 1936, FUG e PRL selam o pacto: o *modus vivendi*, formalmente administrativo, estabeleceu a figura do presidente do secretariado, reservou à oposição duas secretarias, e submeteu o comparecimento do secretariado à Assembleia Legislativa (TRINDADE, 1980), entre outros pontos. Mesmo que não fosse um acordo político – FUG e PRL se mantinham *independentes* –, originou descontentamento nos dois grupos, e preocupação para Vargas, que já considerava Flores da Cunha um adversário em potencial. O presidente, sorratamente, buscou desestabilizar o pacto estadual percebendo a existência destes insatisfeitos. Dentro do PRL, contava com dois irmãos que eram deputados estaduais, Protásio e Benjamin, que viam o acordo como uma hostilidade ao Governo Central, e de outros membros do partido, como o *jovem* Loureiro da Silva. Na FUG, pelo PRR possuía o desagradado de João Neves e de Maurício Cardoso, no PL, do *jovem vereador* porto-alegrense Alberto Pasqualini, e, posteriormente, de Batista Lusardo.

Parece-nos que o pacto era interpretado de diferentes maneiras: para uns, a aproximação com a oposição estadual poderia significar o agravamento das antipatias ao governo federal por Flores (que não eram totalmente públicas) e sua adesão às *Oposições Coligadas*, enquanto, para outros, poderia representar a cooptação da FUG para o situacionismo federal, o que gerou questionamentos no meio da *minoría* em nível nacional. Por isso, as divergências das correntes políticas do estado em contrários e favoráveis ao acordo.

O interesse da FUG em cooptar Flores nos parece pouco provável. Mas era evidente que, sobretudo Raul Pilla, o “*paladino da pacificação*”, procurava viabilizar o acordo no Rio Grande do Sul, não para ser definitivo e restrito ao estado, mas para criar uma circunstância favorável para um

modus vivendi com Vargas. Mas, enquanto a ala de Pilla e Collor concordam com o pacto regional, Pasqualini e Benjamin vão ser muito ativos para erodi-lo, a mando de Vargas: o primeiro buscou entendimentos com os insatisfeitos dentro da FUG e do PRL, dentre estes, Maurício Cardoso (PRR) e Loureiro da Silva (PRL), que teriam até entrado em contato com um *plano de ação*, detalhado alínea por alínea, e dividido por fases, que mesmo sem assinaturas, tinha o apoio e anuência de Vargas. Esse *plano* previa a dissolução da FUG, aproximação dos descontentes *frenteunistas e dissidentes liberais*, declarações públicas de apoio a Vargas e hostilização ao governo estadual, tudo visando à dissolução do pacto regional. Esse *plano*, bastante detalhado, já estava pronto e posto em circulação por Pasqualini em março, ou seja, apenas dois meses após se firmar o pacto rio-grandense (AGV, 04.1936, GV c 1936.04.08/1; AGV, 12.03.1936, GV c 1936.03.12).⁴

Nesse sentido, é interessante notar que Vargas não se expunha. Delegava sempre a terceiros que *sondassem* a conjuntura política regional para cooptar aliados em seu favor. Foi assim com estes e, também, com Lusardo. Este, por sinal, que chegou a ser convidado por Armando de Alencar para um churrasco com o presidente. Getúlio Vargas, no encontro, teria dito ao membro do Partido Libertador: “eis a sua oportunidade. Foi ele [Flores da Cunha] que fez aquilo [exílio em 1932], não eu” (CARNEIRO, 1978, p. 194). Nesse sentido, podemos perceber a ação de Getúlio Vargas, que agia visando cooptar Batista Lusardo em seu favor, conquistando um importante apoio do PL em sua cruzada *antiflorista*.

Em abril e maio, a situação pioraria: enquanto as imunidades parlamentares eram cassadas e prisões dentro das oposições no legislativo se efetivaram sem a anuência dos deputados, com a contrariedade conjunta da FUG e PRL, Flores da Cunha passou a manifestar desconfianças de que corria risco de ser preso. Por isso, ele “*fugiu*” do Rio de Janeiro, lançando virulentos ataques contra Vargas na imprensa, censurados pelo estado de exceção. Nestes ataques, acaba acusando Vargas de querer se manter no poder. Nesse mesmo mês, o governador começa a formar batalhões militares provisórios (CAMARGO, 1989), observados pelo *quarteto informante* da família Vargas (Benjamin, Viriato, Serafim e Protásio), por Pasqualini e por Loureiro, repassando informações ao Catete.

O pacto ainda resistiria a sua primeira crise, em maio. Contornado por Flores, que fez declarações consideradas hostis à FUG por Pilla, essa crise influiu no sentido de enfraquecer a tese de que o *modus vivendi* serviria de modelo de pacificação que deveria ser seguido, inclusive, entre alguns adeptos do acordo. Vargas, assim, se vê livre de uma pauta em discussão que enfraqueceria o poder executivo, como era a fórmula de caráter parlamentarista implantada no estado. Em síntese, podemos afirmar que, na medida em que é deixado de lado em nível federal, o *modus vivendi* também começa a perder sentido no Rio Grande do Sul. Isso porque sua existência, pela FUG, se dava, sobretudo, para comprovar sua viabilidade visando sua implantação no cenário nacional.

⁴ Este plano era um projeto bastante detalhado. Havia, passo a passo, todas as ações a serem tomadas pelo bloco *antiflorista*. Este documento foi transcrito e está presente no Anexo II do livro de Lapuente (2017, p. 365-369). É recomendável sua visualização na íntegra para dar uma dimensão ao leitor das articulações daqueles que se opunham ao *florismo*.

O rompimento deste acordo ocorre em outubro, um mês depois de a FUG procurar o último entendimento com Vargas, por meio de um *octólogo*, este, aprovado parcialmente pelo PRL. O ponto final foi Flores da Cunha ter exigido a eleição do deputado A. J. Renner para Vice-Presidente da Assembleia Legislativa, como *uma causa fechada*. Nesse momento, a Dissidência Liberal se expõe. Articulada com a FUG, esse grupo de deputados dissidentes do PRL votou em Alexandre Rosa, derrubando o candidato *florista*. Agravando mais o contexto, Flores da Cunha proporia um aditivo no *modus vivendi*, em que a FUG deveria comunicar suas deliberações internas para o PRL (TRINDADE, 1980). Alegando que o *modus vivendi* era um pacto administrativo, a FUG recusou a exigência imposta pelo PRL. Estava rompido o pacto regional, iniciando uma crise política muito crônica que perduraria até a mudança do regime.

Por outro lado, a Dissidência Liberal não bastou a somente votar no candidato de oposição. Publicamente, fez duras acusações ao governador. Benjamin Vargas, para o jornal *Diário de Notícias*, disse:

Votei contra o candidato oficial porque não podíamos aceitar uma imposição. Isso foi um estado de coisas que vinha há muito calando no ânimo da bancada e agora explodiu. De há muito que não se consultava a bancada para coisa alguma. As decisões vinham da chefia já resolvidas e nós só tínhamos que dizer ‘amén!’[sic]. Agora, porém, os deputados resolveram se insurgir contra semelhante estado de coisas. Os outros colegas propuseram ao chefe do partido que a questão ficasse aberta. O chefe, no entanto, declarou que iria com o sr. A.J. Renner [sic] mesmo para a derrota. Mas, o meu caso é especial. Eu não aceito mais a chefia do general Flores da Cunha. Se quiser pode até registrar isto: o general Flores da Cunha está incurso na Lei de Segurança Nacional, porque reúne corpos provisórios sem permissão do governo federal. [...]. Com que finalidade o governo do Estado reunia e continua reunindo gente? Para construir estradas? Mas isso é uma forma muito infantil de mascarar situações iniludíveis. [...]. Nós continuamos dentro do Partido Republicano Liberal, embora não aceitemos a orientação de sua chefia. (*Diário de Notícias*, 17.10.1936).

O discurso de Benjamin Vargas, com fortes acusações, teve ampla repercussão nacional. Não só por revelar o descontentamento, de forma explícita, de parte do PRL com Flores da Cunha, mas também por desafiar sua liderança no partido, recusando reconhecer a chefia deste e denunciar, pela primeira vez em público, a organização de corpos provisórios pelo governo estadual. Além disso, o deputado estadual também questiona ou a justificativa do governador de que visava “abrir estradas” no estado. Por isso, acusou o governador de ter infringido a Lei de Segurança Nacional, o que abriu um precedente juridicamente legal para uma intervenção federal no Rio Grande do Sul. Por ironia, a mobilização militar que visava evitar a intromissão de Vargas dava, do ponto de vista jurídico, respaldo legal para que ele pudesse fazer isso.

Embora um pouco menos incisivo do que Benjamin, o deputado estadual Loureiro da Silva, que se notabilizaria por ser, ao menos externamente, o líder da Dissidência Liberal, referiu-se nestes termos em relação ao governador.

[...] Sou senhor da minha vontade não tenho que dar satisfações a ninguém. [...]. Politicamente me sinto cada vez mais integrado no espírito do meu partido, que contribuí para formar, na medida das minhas forças e possibilidades. Aliás, os partidos políticos não são de propriedade deste ou daquele. [...]. Veja-se, agora, a inconsistência das razões disciplinares que se quer

invocar para deslustrar o nosso ponto de vista: no acordo político processado em janeiro, o Partido não foi ouvido, nem cheirado, efetivando-se as combinações e o jogo de interesse à revelia de todas as comissões municipais que nunca foram consultadas. E quando a bancada liberal foi apenas avisada dessa resolução do chefe, alguns deputados manifestaram-se contra as ‘demarches’ encaminhadas advertindo o perigo que daí poderia decorrer para a vida do Partido, desde uma vez que este ainda não possuía razões de tradição. Foi quando bastou para que o chefe ameaçasse os referidos parlamentares de expulsá-los, discricionariamente, da agremiação partidária liberal. [...]. Praticamente, desde então me considerei desligado da chefia política do sr. General Flores da Cunha. [...]. Como vê, a votação de anteontem não é nada mais, nada menos, do que a expressão de protesto contra os métodos abusivos da chefia partidária. (Diário de Notícias, 18.10.1936)

Desta forma, podemos perceber que os ataques públicos de ambos contra o governador visavam questionar o “autoritarismo” de Flores da Cunha dentro do Partido Republicano Liberal. Ao menos, essa era a alegação, tanto de Benjamin Vargas, como de Loureiro da Silva. Mas já havia toda uma articulação inicial encabeçada por Getúlio Vargas com o objetivo de erodir a base política do governador do estado junto com os deputados da Frente Única Gaúcha que, caso não tivessem acompanhado os deputados da Dissidência Liberal, não teria sido possível alcançar votos suficientes para provocar essa crise política. Por isso, era fundamental que houvesse essa dobradinha, que se manteve até o Estado Novo.

3 1937: O GOLPE FINAL

A conjuntura para Flores da Cunha se tornou complexa depois de outubro de 1937. Com minoria no legislativo, seria o primeiro governador gaúcho na história da república a não ter o parlamento a seu favor. Sofrendo violentos ataques liderados pelos jovens deputados José Loureiro da Silva e Benjamin Vargas, estes visando criticar, em especial, a sua gestão financeira, bem como na observância da organização de provisórios. Ambos eram orientados por Vargas, que se comunicava com Loureiro e Benjamin, sobretudo. Ainda assim, o governador não deixaria de revidar, armando a Assembleia Legislativa com *capangas* (CORTES, 2007), para intimidar os deputados dissidentes e oposicionistas. Além disso, Flores da Cunha seguiu mantendo e intensificando sua *corrida armamentista* contra o governo federal. Nela, acabou minando o estado com corpos provisórios disfarçados de trabalhadores rodoviários.

Por outro lado, qual o resultado prático de sua postura? É possível afirmar que essa atitude, além de não dar resultados práticos entre os deputados, foi vigiada de perto pela III Região Militar, tanto por Lúcio Esteves, que seria afastado por ser *muito diplomata* na avaliação de Benjamin, como por Daltro Filho, este, nomeado por Vargas para isolar militarmente o Rio Grande do Sul, se prevenindo para uma “*guerra civil*” contra o estado gaúcho. No campo político, o acirramento da disputa presidencial dividiu o estado em *armandistas*, apoiados pelo PRL *florista*, pela dissidência do PRR que ficou com Flores, liderada por Collor no novato Partido Republicano Castilhistas, e pelas duas cizânias no PL, a Ação Libertadora e a União Democrática Nacional, enquanto a maioria da FUG e o PRL *varguista* faziam campanha para José Américo. Na verdade, se durante toda a Primeira

República o Rio Grande do Sul teve uma feição bipartidária, entre federalistas e republicanos e, no pós 1932, retomou esse estilo através de uma ala de oposição a Getúlio Vargas e Flores da Cunha, alinhados na FUG, e outra ala *florista* e *varguista*, representada no PRL, a partir desse momento é possível afirmar, *grosseiramente*, que, com a formação de diversas dissidências em todos os partidos, se desenhou uma divisão entre a *varguista* e *antiflorista*, moldada na FUG e no setor dissidente do PRL, e outra *antivarguista* e *florista* com a maioria do PRL, da Ação Libertadora, da UDN⁵ e do PRC⁶.

Esse quadro político fracionado, alinhado com a monitoria dos preparativos militares no Rio Grande do Sul, facilitou para que fosse viabilizado o pedido do retorno de armamentos cedidos pelo exército à Polícia Militar estadual, sem sucesso, para depois dar o *xequê-mate* no governador gaúcho. Este *xequê-mate* veio com a requisição de federalização da Polícia Militar estadual, quase simultaneamente com o fracasso da articulação liderada por Maurício Cardoso que visava pedir o *impeachment* do governador, mas que se tornou inviável em função de Flores da Cunha conseguir recuperar a maioria no parlamento regional (LAPUENTE, 2017). Acuado, sem apoio nem dentro de seus aliados, com o estado fracionado em várias dissidências, Flores da Cunha acabou não assinando a requisição, mas terminou renunciando e se *auto-exilando* no Uruguai. Imediatamente, Vargas decretou a intervenção federal no Rio Grande do Sul, não deixando que um candidato de conciliação unificasse o PRL novamente dentro da Assembleia Legislativa, seguindo instruções dadas pelo irmão Benjamin (VARGAS, 1995). Foi concretizado o cerco que, conforme René Gertz (2005) se formou em dois campos: um político e outro militar, sendo parte de um processo mais amplo, que foi batizado por Mário Grynszpan e Dulce Pandolfi (1997) como a *depuração das elites*. Segundo Eliane Colussi (1996), a intervenção federal no Rio Grande do Sul antecipou em algumas semanas o Estado Novo neste estado em relação ao que ocorreria dentro do cenário nacional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos demonstrar por meio deste arquivo a complexidade do cenário político regional. Este acrescido, especialmente, em função da intromissão de Getúlio Vargas junto ao sistema partidário rio-grandense.

Solapando o poder do governador, na medida em que este se colocava como oposição à política federal, Vargas jogava com todas as forças políticas que podia, contanto que contribuísse para erodir a base *florista*. Afinal, com Flores da Cunha na frente de um acordo regional, caso este se

⁵ Nenhuma relação tem essa UDN com a do pós-45, ainda que a sigla signifique o mesmo nome.. Esse grupo, encabeçado por Bruno de Mendonça Lima, fundaria o Partido Socialista Brasileiro no Rio Grande do Sul depois do Estado Novo.

⁶ O Partido Republicano Castilhistas (PRC) foi uma dissidência do Partido Republicano Rio-grandense fundada por Lindolfo Collor em 1937, cuja duração foi bastante efêmera, tendo em vista que, no mesmo ano, ocorreu o golpe que deu origem ao Estado Novo. Esse partido não possui maiores estudos, e mesmo os trabalhos que analisam o período o mencionam brevemente. Sobre ele, ver: LAPUENTE, Rafael Saraiva. *Com a Espada de Dâmocles: o Rio Grande do Sul e a política brasileira no governo Flores da Cunha*. Curitiba: Editora Prismas, 2017. Há uma coletânea de difícil localização organizada por Lindolfo Collor em 1937 que ajuda a compreender o contexto ao qual essa dissidência estava cercada, cf. COLLOR, Lindolfo. *Discursos e manifestos* (1936-1937). Porto Alegre: Editora do Globo, 1937.

configurasse em uma unidade política, atrelada à força militar estadual, poderia se formar uma forte resistência às intenções continuístas e centralizadoras representadas por Getúlio Vargas. Por sua vez, um Rio Grande do Sul, em peso, dentro das *Oposições Coligadas* significaria um forte “cordão de resistência” dentro do parlamento ao executivo federal.

Por isso, Flores da Cunha era um adversário que precisava ser removido. E Vargas buscou, para isso, criar essa *teia de influência* no estado, mesmo que seus contatos englobassem até mesmo quem lutou contra seu governo, em armas, em 1932, e seguisse como oposição legal, até então. Vencida a maior resistência civil do país contra o Estado Novo, menos de um mês depois, em 10 de novembro, ocorreria o golpe, seguindo no Uruguai as perseguições a Flores, observado pelo novo embaixador naquele país, Batista Lusardo, inimigo em armas do ex-governador desde 1923. Assim como ele, Pasqualini, Loureiro, João Neves e outros teriam sua aliança contra Flores “recompensada” com cargos políticos. Já Flores da Cunha seria condenado, durante o regime estado-novista, a um ano de prisão por compra de armas contrabandeadas, cumprindo 9 meses da pena em 1942, quando retornado do *auto-exílio*.

REFERÊNCIAS

- BERSTEIN, S. Os partidos. In: REMOND, R. (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- CAMARGO, A. *et al.* **O Golpe Silencioso**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.
- CAPRINI, A. B. A. Pesquisa em História Regional: Aspectos conceituais e metodológicos. In: FERNANDES, L. de O. (Org.). **III Simpósio Impérios e Lugares no Brasil**. Mariana: DEHIS/UFOP, 2010.
- CARNEIRO, G. **Lusardo, o último caudilho**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- COLUSSI, E. L. **Estado Novo e municipalismo gaúcho**. Passo Fundo: Ediupf, 1996.
- CORTÉS, C. E. **Política Gaúcha (1930-1964)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.
- COUTINHO, Lourival. **O General Góes Depõe...** Rio de Janeiro: Coelho Branco Editora, 1956.
- FONTOURA, João Neves da. **Perfis Parlamentares**. (sel. e int. de Héglio Trindade). Brasília: Câmara dos Deputados, 1978.
- GERTZ, R. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF Editora, 2005.
- LAPUENTE, Rafael Saraiva. **Com a espada de Dâmocles: o Rio Grande do Sul e a política brasileira no governo Flores da Cunha**. Curitiba: Editora Prismas, 2017.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução a História dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte: UFMG Editora, 1999.
- NOLL, Maria Izabel. **Partidos e política no Rio Grande do Sul (1928-1937)**. **Dissertação** (Mestrado em Ciência Política), UFRGS, Porto Alegre, 1980.

PANDOLFI, Dulci; GRYSZPAN, Mario. Da revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das elites. *Revista de Sociologia e Política*. Paraná, v. II, n, 9, jul/dez 1997.

SILVA, Thiago; SILVA, Estevão. Eleições no Brasil antes da democracia: o Código Eleitoral de 1932 e os pleitos de 1933 e 1934. *Revista de Sociologia e política*. Paraná, v. 23, n, 56, dez, 2015.

TRINDADE, Hégio. *Revolução de 30: Partidos e imprensa partidária no RS*. Porto Alegre: L&PM, 1980.

VARGAS, Getúlio. *Diário*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV. 1995, vol. II.

FONTES DOCUMENTAIS

Arquivo Getúlio Vargas (AGV), 23.04.1935, *CPDOC-FGV*, GV c 1935.04.09/2.

Arquivo Getúlio Vargas (AGV), *CPDOC-FGV*, GV c 1935.04.10.

Arquivo Getúlio Vargas (AGV), 04.1936, *CPDOC-FGV*, GV c 1936.04.08/1.

Arquivo Getúlio Vargas (AGV), 12.03.1936, *CPDOC-FGV*, GV c 1936.03.12.

CORREIO DO POVO, Outubro de 1935, Museu de Comunicação Hipólito José da Costa/RS (MUSECOM).

Diário de Notícias, Outubro de 1936, Museu de Comunicação Hipólito José da Costa/RS (MUSECOM).